

Ecoss do Medieval na Contemporaneidade: desenvolvimento urbano e a construção da Igreja de Nossa Senhora do Carmo em Rio Grande.

Bel. Alexandre dos Santos Villas Bôas

Universidade Federal do Pampa

Prof. Dr. Daniel Porciúncula Prado

Universidade Federal do Rio Grande

Este artigo é um resumo da monografia que foi apresentada para defesa de conclusão do curso de História Bacharelado, tendo como tema a Igreja do Carmo, construída durante a década de 30 do século XX, analisando sua história e arquitetura neogótica presente em sua fachada e interior, correlacionando com o estilo gótico medieval e o neogótico do século XIX.

Palavras-chave: gótico, neogótico, cidade.

Este artigo tem como tema a Igreja do Carmo, construída durante a década de 30 do século XX. Analisando sua história e arquitetura neogótica presente em sua fachada e interior, correlacionando com o estilo gótico medieval e o neogótico do século XIX.

Este fato se reveste de importância, pois se trata de um estilo arquitetônico rico em significados que remontam aos tempos medievais e resgatado ao final do século XIX na Europa e adotado na América Latina. Ainda no caso específico do templo em questão, se ressalta sua proeminência na cidade como símbolo que se tornou parte do patrimônio histórico e cultural da população rio-grandina.

O objetivo deste artigo é, de forma resumida, resgatar a história da Igreja do Carmo, ressaltando sua importância como local de memória e identificação dos moradores do Rio Grande. Também criar um elo que possibilite fazer a ligação entre a arquitetura neogótica presente no prédio e a arquitetura gótica europeia medieval, demonstrando que o ideário do homem medieval persistiu durante os séculos, então a necessidade de sua compreensão na atualidade.

A História medieval é rica em significados e conceitos que repercutem ao longo dos séculos, alcançando os nossos dias. Contrariamente do que se costumou a denegrir deste período, principalmente durante o humanismo, em

que houve um reavivamento do período Clássico Greco-romano: “De fato, falarmos em Idade Antiga ou Média representa uma rotulação *a posteriori*, uma satisfação da necessidade de se dar nome aos momentos passados. No caso do que chamamos Idade Média, foi o século XVI que elaborou tal conceito (FRANCO Jr., 1988, p.11, grifo do autor).

A suposta Idade das Trevas¹, como denominaram os Humanistas e mais tarde os Iluministas, deturpou o conhecimento histórico daquele período. Esta situação só iria mudar quando da formação dos Estados Nacionais no século XIX, em que era necessária uma identidade comum a regiões heterogêneas de um mesmo país, sendo o período medieval origem e fator de aglutinação para a composição das nações europeias daquele momento.

Logo, a Idade Média, assim como todas as outras Idades, serviram como tentativa de organizar o passado em unidades de características comuns. Foram atribuídas na maioria das vezes de forma superficial, e no caso medieval preconceituosa, fazendo com que tais deformações impregnassem o imaginário coletivo tendo ainda nos dias de hoje persistido a ideia de trevas, de atraso e superstição ao período medieval.

É a partir desta perspectiva que abordei o tema do medievo relacionado com a contemporaneidade. Através do estudo de caso de uma construção neogótica, sendo este tipo de arquitetura a tentativa de reavivar àquele tipo de ideologia, procuramos realizar uma conexão entre a igreja edificada no século XX e sua sociedade com a igreja medieval.

O período histórico delimitado a seguir, objeto de interesse para o presente artigo é aquele entre os séculos XI e XII denominado de Idade Média Central. Foi neste período que floresceram as cidades e originou a Arquitetura Gótica, geograficamente delimitada na região da França atual, em seu princípio.

¹ Este termo foi elaborado para identificar que aquela época foi uma ruptura entre o Classicismo e a Idade Moderna como nos explica Le Goff: “O Renascimento e a época clássica tinham visto uma Idade Média negra. Era o tempo da arte dita “gótica”, da bárbara escolástica, e os Ingleses encontraram para ela a fórmula certa: *the dark ages*, a idade das trevas (Le Goff, Lisboa, 1983, p. 15).”

A arte religiosa inicialmente ligada à arquitetura românica, cujos motivos seriam mais adequados a rusticidade e simplicidade de formas do meio rural, se chocava de maneira velada com o requinte da arquitetura gótica.

As igrejas deste estilo, na maior parte rurais – reflexo de uma sociedade essencialmente agrária – incorporaram, especialmente na escultura e na pintura, motivos caros aos camponeses. Por isso, elas eram verdadeiros “bestiários de pedra”, com inúmeros animais, reais e imaginários, retratados nas suas colunas e paredes (FRANCO Jr., 1988, p.134).

O aspecto rural² da sociedade da Alta Idade Média fez recuar a vida urbana. Ou na melhor das hipóteses decrescerem suas atividades como no norte da Itália, onde ainda persistia a tradição romana de urbanidade.

Ao mesmo tempo, permitiu uma maior integração entre a população campesina, a igreja e o senhor da terra. Este era praticamente autônomo em relação ao exterior, criando um sentimento de comunidade ligada pela religiosidade proveniente da Igreja Católica, refletindo num empobrecimento das manifestações artísticas, pelo menos a da alta cultura.

Ou melhor, do feudo-clericalismo. Realmente, este rótulo nos parece mais conveniente, na medida em que explicita o papel central da Igreja naquela sociedade. Fato fundamental e geralmente pouco considerado: foi através dela que se deu a conexão entre os vários elementos (já anteriormente presentes) que comporiam aquela formação social. Nesta ao exercer a função de articuladora entre suas várias partes, ela desempenhava inegável supremacia (FRANCO Jr., 1988, p.71).

Já no período da Idade Média Central, a instituição do feudalismo correspondeu a uma fragmentação da sociedade em castas mais ou menos rigidamente hierarquizadas. Reguladas por uma doutrina comum, a religião católica, que através de seus membros dominaram as manifestações da cultura ligada às elites, não como detentores diretos do poder, mas como orientadores de como os nobres aplicariam suas riquezas, direcionando-as ao serviço religioso.

² Na realidade, esta tendência de ruralização tem suas raízes no Baixo Império Romano, como esclarece Hilário Franco Jr., “Dessa forma, do rebaixamento da condição do homem livre e da melhoria da condição do escravo surgia o colono. Sua situação jurídica, já definida no século IV, expressava nitidamente a ruralização da sociedade romana.” (idem).

O ressurgimento da cidade como aglomerado humano, de sociabilidade entre as diversas camadas da sociedade medieval, permitiu uma reordenação dos valores estéticos anteriormente predominantes, que eram mais ligados ao meio rural e pouco letrado.

Este crescimento das cidades e das formas de pensar, através do resgate filosófico de obras da antiguidade aliada a uma interpretação cristã, moldou um pensamento novo. Este privilegiaria a grandiosidade e o belo, em contraste com a austeridade e culto ao bestiário, que de certa forma caracterizou o período anterior.

Esta nova filosofia partiu da classe dirigente da Igreja, responsável pela continuação da cultura clássica durante toda a Alta Idade Média. Depositária deste conhecimento, agora era acrescida do pensamento leigo, mais voltado ao conhecimento do homem e valorização do presente e nas alegrias da vida terrena.

Ora, os progressos econômicos da época estavam colocando as aristocracias laica e eclesiástica numa disputa pela apropriação dos excedentes agrícolas então gerados. Portanto, aquela "necessidade histórica" fazia do folclore um instrumento de afirmação psíquica e material da elite laica (FRANCO Jr., 1988, p. 133).

A cultura laica cresceu com a riqueza obtida com o desenvolvimento econômico das cidades, elevando a classe dos burgueses como consumidora de arte. Mas somente através da manifestação religiosa, neste momento, se daria a produção artística, na forma mais visível da construção de igrejas.

Embora mantivesse o lado espiritual preponderante, a preocupação com a vida terrena obteve certo destaque nos motivos das igrejas. Conciliava interesses diversos da classe dominante, dando nova dimensão a arquitetura e estatuária, visão esta que se tornaria hegemônica durante a Baixa Idade Média e mesmo em alguns momentos da Idade Moderna, principalmente nas cidades.

Este tipo de movimento artístico se denominou de estilo gótico, se espalhando pela Europa, a partir da França, especificamente da abadia de Saint Denis. Este era o local de sepultura dos reis de França, que na realidade era um

mosteiro que viria a se transformar no século XII em uma catedral por determinação do abade, o monge Suger.

Entre 1135 e 1144, contra os defensores da pobreza total que o atacavam, reconstruiu a igreja abacial e ornamentou-a, trabalhando pela honra de Deus, pela de S. Dinis, mas também pela honra dos reis de França, os mortos seus hóspedes, o vivo seu amigo e seu benfeitor (DUBY, 1978, p. 104).

Esta nova construção tinha como função a glorificação tanto de Deus como também estabelecer a intermediação do homem com a divindade através da luz resplandecente de seu interior e não menos importante, a determinação de delimitar o poder do rei e da igreja diante da abundante riqueza dos burgueses e nobres.

A igreja nova, aberta às luzes, que veio no horizonte da planície de França dominar as choças dos lavradores e os entrepostos vinhateiros, erguia-se nas encruzilhadas das estradas, numa província que o esforço dos arroteadores colocava no coração do impulso de crescimento econômico e político. Mostrava um exemplo admirável. Toda a nova arte emana dela. (DUBY, 1978, p. 113).

A conjugação do estilo gótico com a urbanidade se estabeleceu como elo natural e foi o ápice da demonstração de poderio econômico da classe dominante daquele período. Bem como também expressão do desenvolvimento de novas técnicas de construção e decoração, que vinham sendo gestadas há muito tempo e agora encontrando terreno fértil para seu desenvolvimento.

Estas técnicas de construção permitiram a edificação de uma igreja muito mais alta e iluminada que a igreja românica³, refletindo o novo pensamento e evidenciando a especialização dos trabalhadores das cidades.

Expressão de uma nova sociedade em formação, o gótico estava ligado à cultura que se desenvolvia nas escolas urbanas, ao pensamento que redescobria a obra de Aristóteles procurava

³“De outro lado, a arte românica é uma arte da parede e da superfície: ela sublinha a importância de amplas superfícies de muralhas espessas e densas, cuja constituição em pedra é diretamente visível, no exterior, ou reproduzida por um estuque pintado, no interior. As necessidades técnicas combinam-se, aqui, aos móveis ideológicos, pois à imagem da instituição de que ela é símbolo, a igreja quer ser uma fortaleza que se defende contra o mundo exterior e, então, não pode, simbolicamente, deixá-lo penetrar em seu seio, a não ser com prudência (Baschet, São Paulo, 2006, p. 201).”

harmonizar a Fé e Razão. Assim, concebia-se Deus como Luz (daí os vitrais) e valorizava-se seu lado humano (daí o culto à Virgem). (FRANCO Jr., 1988, p.135).

Este paradigma do estilo gótico concebido na França, embasado do pensamento religioso e do renascimento da filosofia laica permitiu trazer mais cristãos ao convívio da Igreja. Esta já estava desgastada com o aumento das heresias, que cresciam na medida em que a corrupção moral no clero aumentava e a crítica da burguesia enriquecida atacava como privilégios desnecessários e aviltantes.

Tendo como fundamento a utilização da luz no interior da Igreja como motivo de elevação espiritual do homem e também a glorificação do poder real através da arte, se moldou um estilo de construção de catedrais cada vez maiores e mais iluminadas, sendo viáveis pelas novas técnicas de arquitetura. Na forma de arcobotantes e contrafortes que sustentavam imensas abóbadas e abriam as paredes laterais a grandes vitrais magnificamente decorados, ampliou-se o número de fiéis dentro da igreja.

A junção do espiritual com o temporal em perfeita harmonia, no contexto de expansão da vida citadina e refinação do conhecimento fortaleceu a materialização da riqueza econômica do período, especialmente das elites dominantes.

Então, se conclui que a concepção deste estilo serviu como forma de expressão de uma conjuntura econômica em expansão com a formação de um pensamento da classe dominante daquele período, notadamente direcionado ao crescimento das cidades, e do surgimento da burguesia, sendo o momento de aplicação de novas técnicas e humanização da visão religiosa.

Neste momento do presente artigo, damos um salto cronológico do século XII para o século XIX. Na Europa e, por conseguinte, na América Latina, houve um resgate do período medieval, sua arquitetura e cultura, numa denominação que foi chamada de medievalismo e estava inserido no romantismo como movimento cultural.

Ao buscar seu vocabulário na arquitetura religiosa (cujos espécimes ainda existiam, por exemplo, em Paris e ao norte da França, incluindo Saint-Denis e Chartres), o neogótico, a partir do século XIX, transformou-se numa espécie de cruzada moral em favor das virtudes cristãs consideradas superiores e representadas pela arte e pela arquitetura medievais (MENEGUELLO, 2008, p.97).

Neste contexto, a retomada da identidade perdida com o capitalismo foi de certa forma responsável pelo surgimento do gosto pelas coisas do período medieval, onde se pensava que estariam os fundamentos da nação e a noção de comunidade perdida com o individualismo capitalista.

Desse modo, o termo “gótico” usado pela primeira vez durante a Renascença italiana para caracterizar de maneira depreciativa os monumentos da Idade Média como produto dos bárbaros (godos) sem qualquer conteúdo artístico, firmou-se no século XIX como referência ao período medieval e às suas manifestações artísticas; e foi compreendido como um estilo contemporâneo, uma resposta às identificadas lacunas da época (religiosidade e valorização do trabalho do homem) e com suas exigências (praticidade e utilidade) (MENEGUELLO, 2008, p.98).

Na arquitetura, que é o foco deste gosto pelo medievo, o neogótico procurou restabelecer os princípios norteadores das construções da Idade Média. Estas seriam genuínas representantes da moral cristã, e também da habilidade do artífice na modelagem de sua obra, a originalidade em confronto com a linearidade das construções clássicas da antiguidade.

De modo geral, os debates e argumentos dividiam-se nos seguintes eixos: irregularidade *versus* regularidade; estilo nacional e cristão *versus* estilo estrangeiro e pagão e a questão da cópia servil na arquitetura *versus* a criação de um novo estilo ou a busca da unidade de estilo (MENEGUELLO, 2008, p.140).

A reconstrução ou a construção de Igrejas foi retomada com base na arqueologia e nos estudos históricos da Idade Média. Fornecendo ao catolicismo e ao protestantismo uma oportunidade de renovação da fé de seus seguidores bem como a conversão de novas pessoas, disseminando-se pela Europa e posteriormente nas Américas o movimento neogótico.

Este movimento de apreciação dos monumentos medievais, como catedrais, por homens que enalteciam a razão e viviam num crescente avanço da industrialização e do capitalismo, denotava que os arquitetos da Idade Média não eram tão “primitivos” como se pensou durante o Renascimento italiano e o

Iluminismo. Ao contrário, estes homens foram exímios artistas e edificadores, que moldaram construções de acordo com a religiosidade e ao espaço do homem para alcançar o divino.

Pode-se dizer mais: para Goethe a não-apreciação da catedral medieval não se devia a um erro de julgamento estético, mas a uma falha na consciência nacional alemã. Ao voltar várias vezes a Estrasburgo e ao escrever vários textos sobre esse tema, Goethe afirmava uma arquitetura alemã original, numa busca de sentido de caráter nacional: o objeto catedral ganha uma existência ideal, independente de todos os acréscimos e das reformas sofridas até aquele momento (MENEGUELLO, 2008, p.107).

Interessante notar que o movimento neogótico surgiu na Inglaterra vitoriana, onde estavam em pleno desenvolvimento à industrialização e desenvolvimento das técnicas científicas. Os mais variados experimentos que redundariam em melhoramentos tecnológicos e uma população cada vez maior e concentrada nas cidades fabris, mobilizada para as contingências da produção.

O fortalecimento da identidade comum oriunda do período medieval e o sentido de religiosidade proporcionado pelas igrejas de arquitetura gótica, que sempre estiveram presentes desde séculos e constituíam monumentos de fé e espiritualidade que havia recuado durante as lutas pela democratização da sociedade europeia, nutriam de valores os pensadores deste movimento.

Deve-se dar o passo seguinte, que assim se afigura: neogótico, medievalismo e ruína associam-se numa intrincada rede de representações. Essa rede proporciona o nascimento de empreendimentos oficiais, sejam particulares ou do Estado, para a preservação dos bens do passado. Além disso, fornece a justificativa para a construção do novo inspirado nesse mesmo passado, fosse esse “novo” o edifício em estilo antigo ou a comunidade conforme se acreditou existir na era medieval (MENEGUELLO, 2008, p.86).

No Brasil a chegada do estilo neogótico coincidiu com a de outros estilos como o neoclássico e posteriormente a *art nouveau*. Com a intenção de modernizar as construções de feições coloniais, herança de séculos dos colonizadores e adotar o padrão europeu contemporâneo, serviu de motivo para derrubar os antigos prédios coloniais.

As demolições de fato não ocorreram somente em Belo Horizonte, mas em outras cidades do Brasil, como por exemplo, em São Paulo. O neoclássico e o ecletismo encontraram meios de se dispersar por todo o país, em cada cidade chegando ao seu modo. Em São Paulo estas linguagens chegaram a partir da prosperidade advinda do café,

anteriormente eram quase nulas as novidades arquitetônicas na cidade, que cresceu rapidamente na segunda metade do século XIX (DIAS, 2008, p.108).

A urbanização das cidades brasileiras tomou impulso no final do século XIX. Adotando um processo de adequação do espaço às novas ideias advindas da Europa, mas diferentemente do que ocorreu na justificção do neogótico lá, aqui o mote foi à simples substituição de um modelo colonial por outros estilos. Embora teoricamente se defendesse às mesmas concepções dos estilos europeus, na prática a maioria da população aqui vivia no campo e as tradições medievais não existiam, caracterizando situações totalmente diferentes.

Então esta mudança se operou pelo desejo das elites brasileiras de acompanharem o modelo europeu e transformar o espaço tropical em consonância com a civilização tida como superior dos países industrializados, em uma metamorfose que não respeitou a herança cultural legada pelas gerações passadas.

Depois de termos feito uma análise do estilo gótico e neogótico, passaremos a centralizar nossa atenção ao objeto de estudo propriamente dito. Este é a igreja de Nossa Senhora do Carmo, construção neogótica localizada na cidade do Rio Grande, interior do Estado do Rio Grande do Sul.

Mas para uma compreensão de como se deu a construção deste templo e as motivações para esta empreitada, é de fundamental importância conhecer o histórico do grupo de pessoas que formaram a Ordem Carmelita através dos séculos. Estes religiosos são unidos por meio de uma irmandade de modo de vida e convivência.

A Ordem dos Carmelitas pretendia remontar seu início ao tempo dos personagens bíblicos Elias e Eliseu. Estes eram profetas do povo judeu do Antigo Testamento, ou seja, se colocavam sob o manto da autoridade de personagens inquestionáveis dentro da cristandade, o que reforçava sua respeitabilidade e servia de motivação aos integrantes da Ordem.

A colonização portuguesa no Brasil trouxe consigo a Igreja Católica, parte integrante do Estado Português. Para catequização dos habitantes nativos e também para regrad⁴ os colonos aqui estabelecidos, a Ordem do Carmo aqui aportou nos primórdios da colônia como parte deste processo.

Na cidade do Rio Grande a Ordem esteve presente desde o século XVIII. Na constituição de uma Ordem Terceira, como são chamados os leigos que assumem a tarefa de organização eclesial na ausência do clero regular da mesma Ordem, se estabeleceram como parte do esforço português de assegurar a posse deste território.

Já no início do século XIX erguem uma igreja própria, pois que anteriormente ocupava as dependências da igreja de São Pedro, primeiro templo católico do Rio Grande, que serviu de abrigo para a Ordem Carmelita. Com esta nova igreja independente puderam constituir um crescente número de fiéis e também de formação de prestígio dentro da sociedade rio-grandina.

Os Terceiros Carmelitas, disciplinados, ativos, em 1800 metem ombros à obra gigantesca da nova Igreja da Ordem. Nove anos, de intenso trabalho, precisam para cristalizar aquela ideia e sonho fagueiro. Luminoso para eles, memorável para Rio Grande é o dia seis do mês de Novembro de 1809(REVISTA FLORES DO CARMELO, 1938, P.102).



Figura 1 - Antiga Igreja do Carmo - (www.riograndeemfotos.fot.br)

⁴ Este sentido de regrad a vida dos fiéis tem raízes antigas dentro da cristandade, ou seja, um controle efetivo sobre o modo de proceder dos cristãos, procurando afastar os adeptos do Anticristo de dentro da comunidade. "Ao contrário, a luta contra os heréticos manifesta uma vontade de se liberar de toda contaminação interna, conceito logo aplicado também às "superstições" e às depravações carnavalescas, aos judeus, aos leprosos e aos homossexuais." (Idem, p.244).

Este tipo de igreja, comum no Brasil colonial, de influência lusitana se adequava a uma comunidade pequena do início do século XIX, notadamente a da cidade do Rio Grande recém-reconquistada⁵ aos espanhóis e, portanto, em fase de reorganização estrutural e administrativa.

A cidade do Rio Grande, no início do século XX passou por um grande desenvolvimento industrial, proporcionado principalmente pela instalação de fábricas têxteis como a Ítalo-brasileira e também do frigorífico Swift Armour, além da construção de um porto novo⁶ e de um canal seguro para a navegação para adentrar o mesmo. O forte investimento de capital externo na cidade através destas estruturas fabris propiciou o fortalecimento de uma burguesia que já havia se desenvolvido no período anterior de capitalismo comercial.

Este desenvolvimento teve como consequência à necessidade de reformulação do espaço urbano, já que a cidade apresentava características coloniais, ou seja, um não planejamento citadino na disposição das construções, formado de ruas estreitas, prédios acanhados e falta de saneamento básico.

A cidade se diversificava nos mais diversos ramos comerciais, industriais e de serviços. Isso causava sempre boas impressões aos visitantes que passavam por Rio Grande no começo do século XX, ao contrário das descrições de pobreza durante o século XVIII e começo do XIX (MARTINS, 2006, p. 146).

⁵ A vila do Rio Grande permaneceu sob domínio espanhol por curto período, mas com consequências danosas para seu desenvolvimento como coloca Francisco das Neves Alves, "Uma mudança nas relações diplomáticas entre as duas nações ibéricas, colocando-as mais uma vez em posições divergentes, levou à interrupção do incipiente progresso da Vila do Rio Grande, por ocasião da invasão espanhola que durou de 1763 a 1776, período no qual a povoação portuguesa ficou extremamente prejudicada economicamente, perdendo boa parte de sua população e sofrendo verdadeiro retrocesso em termos de urbanização (ALVES, Rio Grande, 1997, p.36).

⁶ A característica do litoral do Rio Grande do Sul não é favorável para a constituição de portos, com exceção da cidade do Rio Grande, localizada no extremo sul do Estado, único escoadouro da economia gaúcha, como bem aponta Solismar Fraga Martins, "A construção de um novo porto com maior calado teria significativa importância para os setores políticos e econômicos da sociedade gaúcha, tanto para os exportadores como para os pecuaristas e charqueadores, que poderiam comercializar seus produtos com mais rapidez e com redução dos custos no transporte (MARTINS, Rio Grande, 2006, p.130).

Neste sentido, a demolição da antiga Igreja do Carmo se inseria nesta lógica, a da modernidade a qual colocava o imperativo de transformar o velho núcleo colonial em uma cidade cosmopolita, já que a justificativa para isto fora à abertura de uma nova rua no centro urbano.

Localizado, este templo, no centro, na estreita ruela Dezesesseis, o Governo do Município concertou a desapropriação deste imóvel, em 1920; para endireitar e transformar a velha dezesseis, na linda e larga avenida Benjamin Constant (REVISTA FLORES DO CARMELO, 1938, P.103).

Sem a antiga igreja, a ordem dos carmelitas buscou a compra de um terreno para a edificação do novo templo em estilo arquitetônico diverso do anterior. Já que o progresso material da cidade assim o “exigia,” conforme o pensamento da elite na época e também por conta do movimento neogótico que havia chegado ao Brasil desde o final do século XIX.

A Igreja do Carmo de agora equilibra-se bem com todo o Rio Grande material contemporâneo, pois que é, iniludivelmente, eloqüente manifestação de progresso, de fuga absoluta ao empirismo, de prosperidade comprovada, de culto ardente à estética e a arte em harmoniosa conjugação (JORNAL RIO GRANDE, 1938).

A ordem dos carmelitas foi à responsável pela idealização e execução da construção através dos carmelitas, Frei Cyríaco da Virgem do Carmo e Frei Mariano de São José. O primeiro projetista e o segundo executor das obras da nova igreja, e as verbas para isto necessárias advindas de contribuições da comunidade e de isenções do poder público.

Algumas características deste templo católico demonstram como seu custo econômico foi vultoso, especialmente se considerarmos a técnica empregada à época e a forma como se procurou reproduzir as formas do estilo neogótico das igrejas europeias, nos seus detalhes.

Com esmolas do povo, cavamos os alicerces, subimos os muros vagorosamente a 25 metros com tijolos amassados todos com o cimento de inúmeros sacrifícios dos frades e povo, distendemos arquitraves e nervos, cruzamos os arcos em três naves e cúpula central, e sobre eles, continuamos a rasgar o firmamento mais 15 metros com finas e caprichosas arestas a mostrarem as almas desiludidas da terra, em anseios celestes, a vereda do céu... (REVISTA FLORES DO CARMELO, 1938, P.103).

A afirmação da religiosidade da população através da construção de um templo de estilo neogótico derivou de um processo que surgiu na Europa, servindo como meio de ressurgimento da fé e um sentimento comunitário que havia se perdido com a *Revolução Industrial*.

De tudo isso o que se forçosamente concluirá é que só mesmo o espírito fundamente cristão da nossa gente é que poderia, de parceria com a perseverança, a infatigabilidade e a dedicação ímpares dos revdos. Padres carmelitas e de quantos se lhes solidarizaram na ideia e nos esforços, conseguir transmudar no fato esplendente que depois de amanhã apreciaremos, a ideia luminosa e bendita de dar à velha cidade do Rio Grande uma igreja de tanto e tão alto e tão comprovado valor quanto a igreja de N. S. do Monte do Carmo (JORNAL RIO GRANDE, 1938).

Percebe-se a tentativa de valorizar a religiosidade da população conjugada à ideia de renovação do espaço urbano através de construções que servissem de modelo tanto ao belo como também ao imponente. A seguir apresentaremos algumas características arquitetônicas desta igreja como forma de demonstrar as características do estilo neogótico.

Na foto da figura 2, a vista frontal da igreja, destacando os elementos peculiares do estilo neogótico, ou seja, divisão da frente em três partes distintas com a rosácea ao centro, às torres em forma cuneiforme dando a sensação de elevação ao céu, a imagem da Virgem do Carmo bem ao alto, no centro. A altura desde a base até a ponta das agulhas é de 56 metros e a largura é de 17 metros, tendo a altura interna de 16 metros. Estas duas torres foram demolidas no ano de 1985 devido à corrosão causada pelo salitre, sendo reconstruídas em 1991. Também se acrescenta o fato da igreja estar cercada de prédios vizinhos na lateral e na parte traseira, bem como a rua que passa a sua frente ser estreita e contígua a um quarteirão de prédios, ofuscando parte de suas linhas arquitetônicas.



Figura 2 Vista Frontal da Igreja do Carmo

Fonte: www.riogrande.rs.gov.br



Figura 3 Vista frontal e lateral da Igreja do Carmo.

Fonte: www.riogrande.rs.gov.br

Na foto da figura 3, se observa a parte lateral e frontal da igreja. As portas ogivais caracterizando a divisão interna em três naves e o formato em dupla cruz da estrutura do prédio, a presença dos vitrais na parte superior que permitem a abundância de luz no interior da igreja. Ao lado o prédio contíguo que abriga a administração da igreja bem como os aposentos dos frades carmelitas, ao fundo a presença de prédio que é junto a igreja e esconde a parte traseira da mesma. Esta disposição se diferencia de outras construções em outras cidades que optaram pela desobstrução da vizinhança do prédio, inclusive com a presença de praça ao seu redor.



Figura 4 Destaque de gárgula na fachada ao alto

Fonte: autor em pesquisa

Exemplo da estatuária exterior inspirada em seres mitológicos da antiguidade que também decoravam as igrejas medievais e neogóticas da Europa. Resquícios do paganismo romano, além de objeto decorativo serviam como escoadouro de água das chuvas e eram dispostos abaixo das imagens dos santos, em sinal de submissão das forças das trevas em relação ao bem. Na

igreja em questão, estas estátuas não estão em abundância porque houve falta de recursos para completar a obra, inclusive tendo muitos nichos vazios na fachada e laterais do prédio.

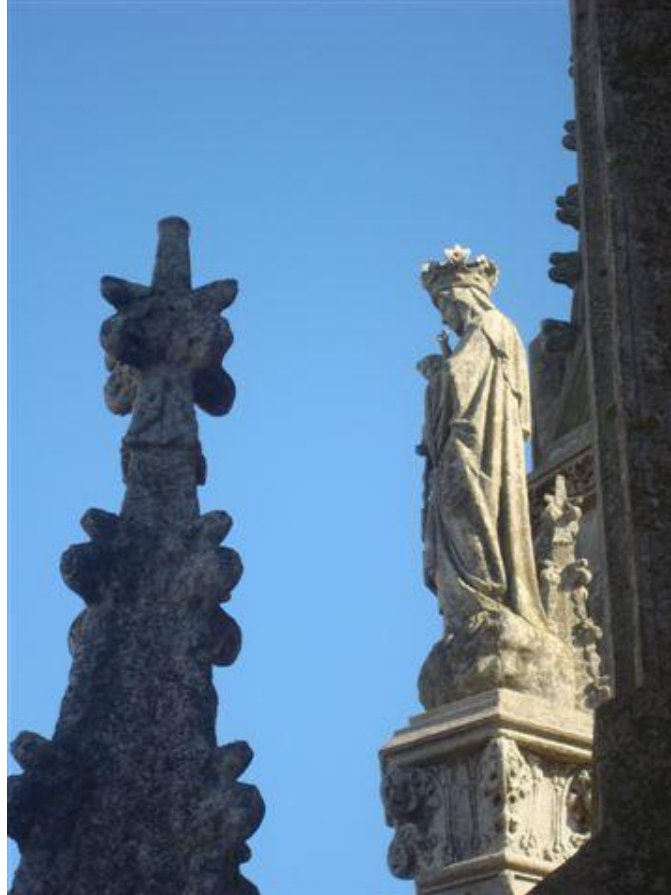


Figura 5 Destaque da Imagem de Nossa Senhora do Carmo

Fonte: Autor em pesquisa

Imagem de Nossa Senhora do Carmo, tendo nos braços o menino Jesus e a seus pés o monte Carmelo. O título de Nossa Senhora é atribuído a várias imagens do catolicismo, tendo cada uma sua particularidade, neste caso o monte Carmelo, e a figura do menino Jesus, seu filho, nos seus braços simbolizam a maternidade “divina”. Na sua cabeça a coroa, que a coloca como “rainha” já que ao menino Jesus é dado o título de “rei”, ficando esta imagem acima de todas as outras e apontando para o alto onde “reside” Deus, o “pai” de Jesus.

Ao final do presente artigo algumas considerações podem ser feitas com o objetivo de apontar caminhos, originar questionamentos e reflexões sobre esta temática cativante que perpassa o imaginário medieval, percorre o século XIX e alcança o século XX.

A Idade Média foi uma era com peculiar tipo de atitude mental. Não distante em certos aspectos da contemporaneidade e da forma de pensar moderna, mesmo com tão díspares tecnologias empregadas pelo homem. O Iluminismo no seu afã de expressar uma nova ordem diversa da anterior cometeu exageros e praticou um ataque sistemático a tudo que fora concebido no medievo, mesmo sem se aprofundar em suas críticas e fazendo uma análise superficial do que fora aquela época que tanto denegriam.

Neste sentido a compreensão de como se moldou o pensamento do estilo gótico na Idade Média foi crucial servindo para delinear os contornos de uma sociedade responsável pela construção de igrejas que representaram o ápice de um arcabouço teórico e de um desenvolvimento econômico.

O enriquecimento da economia citadina possibilitado pela expansão da economia agrária levou a construção de igrejas grandiosas, tanto no tamanho como também na materialização de uma nova forma de pensar o homem e o divino. Muito mais do que construções que demonstrassem o poderio econômico de uma sociedade, estas igrejas representavam o esforço intelectual de uma elite religiosa e laica no sentido de expressar a intenção de alcançar a justificação que ligava os membros daquela sociedade, ou seja, a “salvação da alma humana”, o objetivo final do cristianismo. Claro que tal pensamento era emanado da elite dominante, que a partir da ideia de circularidade cultural da época era absorvido pelas categorias sociais.

Nas artes, o resgate do estilo gótico através das igrejas ainda existentes desde os tempos medievais, foi elemento de fortalecimento do sentimento religioso. Em contrapartida ao racionalismo, se utilizou da fé para enaltecer o espiritual, para aplacar os efeitos colaterais da *Revolução Industrial*.

A industrialização da sociedade brasileira resultou na acumulação de capital pela burguesia, onde parte deste excedente viria a ser consumido para a reorganização do espaço citadino, principalmente de Igrejas Católicas e algumas protestantes. Estas igrejas obedeceram a uma tentativa de resgate do gótico. Embora fosse quase impossível a construção de um templo naquele estilo, por conta da mudança de paradigmas e referenciais teóricos e técnicos diferenciados entre o contemporâneo e o medieval, se buscou esta realização.

O crescimento econômico da cidade do Rio Grande foi considerável ao final do século XIX e continuou ascendente durante as primeiras décadas do século XX, por conta da instalação de um parque fabril e melhorias na infraestrutura portuária. Estes investimentos se deram em parte pela localização estratégica da cidade como único porto marítimo do Estado do Rio Grande do Sul.

No caso em estudo da Igreja do Carmo, esta tendência foi seguida. A antiga igreja de estilo colonial foi derrubada, isto justificado pela necessidade de abertura de uma nova rua. Mas a real intenção era por abaixo os prédios que não eram mais considerados atraentes esteticamente e em desacordo com as ideias progressistas da burguesia local.

Ao analisarmos as práticas de religiosos do início do século XX, se percebe a influência de uma tradição cultural legada pelo medieval, e ao se aliar a burguesia local, como faziam nas cidades medievais, podemos notar que a Idade Média exerce características fortes em nossa sociedade. E não somente aqueles períodos considerados capitais na modernidade, como a Antiguidade ou a Idade Moderna, consideradas como as que moldaram o pensamento ocidental atual.

Por este motivo o presente tema serviu para se colocar como primordial o legado medieval e o progresso econômico como constituintes de uma realidade contemporânea. A construção da Igreja do Carmo de estilo neogótico, obra que confluía esforços teóricos e poderio capitalista para demonstrar a sociedade local e também exterior, da superioridade de uma religião específica, católica, e da burguesia que considerava o progresso um

meio de abandonar o passado colonial e ser fruto de seu trabalho, impondo a população seu modo de pensar e gostos estéticos.

Bibliografia

ALVES, Francisco das Neves. *A Vila/Cidade do Rio Grande no século 19*. In: ALVES, F. N. & TORRES, L. H. *A cidade do Rio Grande: uma abordagem histórico-historiográfica*. Rio Grande: FURG, 1997.

ANDERSON, Perry. *Passagens da Antiguidade ao Feudalismo*. São Paulo: Brasiliense, 1991.

BASCHET, Jérôme. *A Civilização Feudal: do ano 1000 à colonização da América*. São Paulo: Globo, 2006.

DIAS, Pollyana D' Ávila. *O Século XIX e o Neogótico na Arquitetura Brasileira: Um estudo de caracterização*. Revista Ohun, ano 4, p. 100-115, dez. 2008.

DUBY, Georges. *O Tempo das Catedrais*. Lisboa: Editorial Estampa, 1979.

ELMIR, Cláudio Pereira. *As armadilhas do jornal: algumas considerações de seu uso para a pesquisa histórica*. Porto Alegre: UFRGS, 1995. Cadernos do PPG em História, nº 13.

ESPIG, Márcia Janet. *O uso da fonte jornalística no trabalho historiográfico: o caso do Contestado*. Porto Alegre: PUCRS, 1998. Revista de Estudos Ibero-Americanos, v. XXIV.

FRANCO JR, Hilário. *Feudalismo: Uma sociedade religiosa, guerreira e camponesa*. São Paulo: Editora Moderna, 1999.

FRANCO JR, Hilário. *Idade Média: O nascimento do Ocidente*. São Paulo: 1995.

LE GOFF, Jacques. *A Civilização do Ocidente Medieval*. Lisboa: Editorial Estampa, 1983.

LE GOFF, Jacques. *Os intelectuais na Idade Média*. Rio de Janeiro: José Olympio, 2006.

MARTINS, Solismar Fraga. *Cidade do Rio Grande: industrialização e urbanidade (1873-1990)*. Rio Grande: Editora da FURG, 2006.

MENEGUELLO, Cristina. *Da Ruína ao edifício: neogótico, reinterpretação e preservação do passado na Inglaterra vitoriana*. São Paulo: AnnaBlume; FAPESP, 2008.

PIMENTEL, Fortunato. *Aspectos Gerais do Município do Rio Grande*. Porto Alegre: T. Gundlach, 1940.

SONSOLES, Maria Guerras. *Os Povos Bárbaros*. São Paulo: Editora Ática, 1991.

SOUZA, Emmanuel Cássio Oliveira de. *Criando textos segundo a norma ABNT*. Registro: <http://www.scribd.com/doc/1816529/Normas-ABNT-no-Word#>, 2005.

Fontes

Jornal Rio Grande, 20 de Abril de 1938. Biblioteca Rio-grandense, Cidade do Rio Grande.

Jornal Cruzeiro do Sul, 23 de Abril de 1938, Cidade do Rio Grande.

Livro Tombo da Paróquia de Nossa Senhora do Carmo. Rio Grande: 1912, 1938. Arquivos da Igreja do Carmo, Cidade do Rio Grande.

Flores do Carmelo. Revista Mensal Ilustrada dos Padres Carmelitas. Porto Alegre: 1938, nº 112. Arquivos da Igreja do Carmo. Rio Grande.

Flores do Carmelo. Revista Mensal Ilustrada dos Padres Carmelitas. Porto Alegre: 1938, nº 130. Arquivos da Igreja do Carmo. Rio Grande.

Flores do Carmelo. Revista Mensal Ilustrada dos Padres Carmelitas. Porto Alegre: 1938, nº 122. Arquivos da Igreja do Carmo. Rio Grande.

Flores do Carmelo. Revista Mensal Ilustrada dos Padres Carmelitas. Coletânea. Porto Alegre: 1935-1936. Arquivos da Igreja do Carmo. Rio Grande.